

Com todo o respeito que devemos ao saudoso camonista, tais conclusões não parecem condizer absolutamente com a realidade textual do poema. Platonizante, sim; aristotélico-tomista, muito bem. Mas anunciador de uma mensagem cripto-judaica, cabalística e acristã, eis o que os fatos e os fastos da História não nos permitem aceitar.

Voz de Portugal
14 a 20/6/85

*

Noam Chomsky, metafísico frustrado da linguagem

1. A arguta frase de Meillet, *Chaque époque a la grammaire de sa philosophie*, expressa não somente o relativismo das posições teóricas da Linguística através dos tempos, mas da própria ciência de maneira geral. No fundo, sempre a finitude do saber humano em face da infinitude do pós-conhecer.

Concretizando o pensamento do grande mestre francês, podemos constatar que a gramática, no Ocidente, foi literária com os gregos e romanos, especulativa na Idade Média, humanista no Renascimento, filosófica no Iluminismo, positivista com o Cientismo, formalista no Estruturalismo. O Gerativismo, ou antes, o Chomskismo, é um caso à parte, como procuraremos demonstrar.

A obra de Noam Chomsky surge na década de 50, isto é, na segunda metade deste nosso século XX (que já vai sendo encoberto pelas nuvens da História). A primeira metade foi dominada pela corrente do Estruturalismo, que conviveu durante largos anos com um Historicismo declinante (não, porém, extinto), como presentemente resiste ao Gerativismo em fase de acalmia.

O Estruturalismo desponta com o *Cours de Linguistique Générale de Ferdinand de Saussure*, publicado por dois lingüistas, Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de Albert Riedlinger, e base em notas de aula de alguns estudantes; veio a lume em 1916¹, Lausanne-Paris, obra póstuma (Saussure falecera em 1913).

Estava-se na 1.ª Guerra Mundial (1914-1918) e o trabalho não teve nem a difusão nem a repercussão merecidas. Na década de 20, editam-se dois livros marcantes: *Le Langage*, de Vendryes e *Language*, de Edward Sapir, ambos de 1921.

Le Langage é uma visão sintética dos princípios que inspiraram a Escola Francesa a qual teve em Antoine Meillet a sua figura exponencial. Meillet aproximava os fatos de língua dos fatos de civilização e, apesar de ter seguido

um curso de Saussure em Paris e haver aderido à noção da *langue* como sistema, onde “tout se tient”, não apreendeu, nem podia fazê-lo, dada a sua concepção das línguas como fenômenos essencialmente histórico-sociais, o *insight* saussuriano de um sincronismo constituído de relações puramente formais. Koerner chegou a afirmar:

Parece que Saussure fascinaba a sus estudiantes com sus lecciones, pero no fue completamente comprendido por ninguno de ellos, incluyendo a Meillet (...), cuando apareció su *Cours* en 1916 (op. cit. 91).

De Vendryes diz Malmberg:

Le Langage, tout en étant chronologiquement postérieur au *Cours*, est idéologiquement un ouvrage pré-saussurien (199: 467)

Sapir foi discípulo do alemão Franz Boas, professor nos Estados Unidos, onde introduziu a corrente da “antropologia lingüística”. Não via Boas, à maneira de Meillet, as línguas como um fato de estrutura social, mas ia além, centrando-as na *cultura* (al. *Kultur*). Daí o interesse pelo estudo das culturas indígenas norte-americanas, que passou a Sapir. Trabalhou Sapir com as noções de *formal patterns*, *drift* (tendência na evolução de uma língua decorrente da conjuntura estrutural), *feeling* ou o sentimento do sujeito falante que dá realidade psicológica às estruturas lingüísticas, *genius* da língua, natureza cultural das línguas históricas².

2. O Estruturalismo começou a florescer a partir dos anos 20 e foi interrompido no seu desenvolvimento pelo deflagrar da 2.^a Guerra Mundial (1939-1945). No entreguerra, de 20 a 40, surgiram o Círculo Lingüístico de Praga e a Escola de Copenhague. O CLP foi fundado em 1926 e a ele pertenceram os mais notáveis lingüistas da época. Particularmente se distinguiram três jovens russos: Serge Karcevski, Roman Jakobson e Nikolai S. Trubetzkoy. Em 1929, por ocasião do 1.^o Congresso de Filólogos Eslavos, em Praga, foi apresentado um texto de nove teses que definiam o programa do Círculo. Pode-se dar como término das atividades dessa agremiação o ano de 1939, com o começo da 2.^a Guerra Mundial e a publicação da obra quase terminada de Trubetzkoy (falecera no ano anterior), *Grundzüge der Phonologie*, da qual iria sair uma nova disciplina lingüística, a *Fonologia*.

A Escola de Copenhague teve em Luís Hjelmslev o seu mais ilustre representante. Em 1934 foi fundado o Círculo Lingüístico de Copenhague, do qual se fez órgão a revista *Acta Linguistica*. Surgiu então uma nova teoria lingüística, a *Glossemática*, denominação que se consolidou. Data esta de 1935, quando L. Hjelmslev e H. J. Uldall publicaram no primeiro volume do *Humanistisk Samfunds Skrifter* uma “Synopsis of an Outline of Glossematics”.

Contudo a bandeira da Glossemática ficou em mãos de Hjelmslev e só veio melhor a definir-se na década de 40, com a publicação em 1943 de *Omkring sprogteoriens grundlaeggelse*, tradução inglesa de 1953 de *Prolegomena to a Theory of Language*. Foi com essa tradução que a glossemática se tornou conhecida no mundo universitário europeu e daí se irradiou para outros centros científicos.

No período é da maior importância a edição de um livro que se iria tornar a verdadeira bíblia do estruturalismo norte-americano: o *Language*, de Leonardo Bloomfield, 1933.

Embora sejam ambos considerados estruturalistas, Sapir e Bloomfield divergem em suas bases teóricas. Ao passo que Sapir, como vimos, apela, em seu tratamento do fenômeno “linguagem” para o sentimento lingüístico do sujeito falante, Bloomfield repele tal posição como não-científica, senão mesmo anticientífica. Opõe assim ao ponto de vista *mentalista* que condena, aquele que adota, *mecanicista*. A teoria mentalista, diz, “supõe que a variabilidade da conduta humana é devida à interferência de algum fator não-físico, um *espírito* ou *vontade* ou *pensamento* (grego *psyche*, de onde a palavra *psicologia*) que está presente em todo ser humano (1933: 32). Já “a teoria *materialista* (ou melhor, *mecanicista*) supõe que a variabilidade da conduta humana, incluindo-se a linguagem, é devida somente ao fato de ser o corpo humano um sistema muito complexo. As ações humanas, de acordo com o ponto de vista materialista, são parte de seqüências de causa-e-efeito, exatamente como as que se observam, digamos, no estudo da física ou da química” (ibid.: 33).

Como se sabe, Bloomfield não deixou de dar fundamentos psicológicos à sua teorização gramatical, o que seria impossível, já que as línguas são criações do espírito humano; apenas se arrimou nos postulados behavioristas de J. B. Watson e principalmente de A. P. Weiss. Mas o fato é que essa posição materialista-mecanicista atravessa toda a exposição rigorosa e compacta de *Language*, tornando-o obra que deve ser aceita ou rejeitada *in totum*. Revestiu-se assim Bloomfield da responsabilidade pela direção descritivista e semanticamente asséptica do estruturalismo norte-americano.

3. Foi nesse ambiente mecanicista, behaviorista, que se formou o então jovem lingüista Noam Chomsky. Na Universidade de Pensilvânia, estudou com outro célebre lingüista, Zellig S. Harris, sob cuja direção preparou a tese de licenciatura. Harris, como se sabe, quis ir além do formalismo mecanicista de Bloomfield, onde ainda encontrava resquícios de semanticismo, e partiu para a delimitação das unidades lingüísticas unicamente na base da distribuição. Chomsky respirou essa atmosfera antipsicológica, da qual, na verdade, nunca chegou a desvencilhar-se. O seu sintaticismo sempre foi o de um estruturalismo

sem conteúdo. Rever criticamente alguns traços e rumos de sua trajetória como teorizante da linguagem é o objetivo do presente artigo.

4. Estreou Chomsky em livro em 1957 com um trabalho que fez época: *Syntactic Structures*. Essa pesquisa se completa com as inovações trazidas em 1965, em *Aspects of the Theory of Syntax*. A fundamentação filosófica que elegeu para a conceptualização dos fatos da linguagem foi buscá-la posteriormente aos pensadores europeus, como se comprova em dois livros básicos: *Cartesian Linguistics*, de 1966, e *Language and Mind*, de 1968, este, monografia de que a Editora Harcourt Braoe Jovanovich nos deu, em 1972 uma edição ampliada, à qual acrescentou duas conferências proferidas em 1967 na Universidade da Califórnia, reunindo-as sob o título geral de “Contributions to the Study of Mind” 1 - *Past*, 2 - *Present*, 3 - *Future*, havendo ainda adicionado ao livro mais quatro capítulos.

Os estudos de Chomsky continuaram, sucessivas modificações sofreu a doutrina, mas desde então ganhava a Linguística um novo e impetuoso ramo, a Gramática Gerativo-Transformacional.

Apresentando-se como uma contestação do bloomfieldismo, não conseguiu, porém, Chomsky definir claramente as linhas de sua oposição ao pensamento linguístico então dominante na Norte-América.

Combateu vigorosamente o behaviorismo e foi acerbo na recensão crítica ao *Verbal Behavior*, de B. F. Skinner (1964). No entanto, recusando a autonomia da Linguística, instaurada por Saussure, que a declarara ciência semiológica, volta a enfeudá-la à Psicologia, mas agora a uma Psicologia subproduto da Biologia, na verdade uma Biopsicologia. Proclamando-se, pois, mentalista, em oposição ao mecanicismo de Bloomfield, faz-se mais que um mecanicista, um materialista naturalista.

Chomsky julga ter como um dos pilares do seu materialismo a asserção humboldtiana de que “as línguas fazem uso infinito de meios finitos”. É o que chama o aspecto *criativo* da linguagem. Humboldt, todavia, nesse particular, fala em *enérgeia*, que opõe a *érgon*. Mas nada há, na doutrina chomskyana, que se possa comparar com a *enérgeia* de Humboldt. Para o pensador alemão, a linguagem é uma contínua atividade (*Tätigkeit* = *enérgeia*) do espírito. Para Chomsky, a competência, por exemplo, é uma fonte de energia que põe em movimento regras de uma gramática interiorizada pelo sujeito falante. É um dispositivo que *produz* frases. Mas, como salienta Herculano de Carvalho:

O que está em causa para Humboldt não é “production of speech” mas *Spracherzeugung*, criação da língua como potencialidade operante (1984: 49).

A esse propósito, fala Chomsky numa *faculté du langage*. Mas de que natureza será para Chomsky essa faculdade? Respondendo a uma pergunta de Mitsou Ronat, disse Chomsky:

A pesquisa pareceria indicar que o espírito humano consiste num sistema de faculdades (e a linguagem é uma delas) e que cada uma dessas faculdades detém seu caráter e seu crescimento de um dado fator biológico (1977: 108).

Portanto, para Chomsky, a mente é de natureza biológica; nesse ponto é até peremptório:

Não há razão para fazer do mundo mental uma exceção: a hipótese que vem naturalmente ao espírito é que esses sistemas mentais, únicos no mundo biológico por causa de sua extraordinária complexidade, apresentam as características gerais dos sistemas físicos (ibid.: 107-108).

Não estamos longe, pois, muito ao contrário, da posição positivista: “a alma é o conjunto das funções do cérebro”.

5. Entrelaçada com essa doutrina de uma *faculté du langage* ínsita na natureza biológica do ser humano, está a afirmação do *inatismo*.

Com a doutrina do inatismo, torna Chomsky crucial a questão do aprendizado da linguagem. Na verdade, como se constituem as línguas? Nem todos os povos escrevem, mas todos os povos falam. Há, pois, uma *co-naturalidade* entre a linguagem e o ser humano. A isso chama Chomsky, já o vimos, a *faculté du langage*. Mas como se objetiva essa faculdade?

A doutrina empiricista do conhecimento é a chamada *tabula rasa: nihil est in intellectu quod prius non fuerit in sensu*. No contato com a realidade exterior é que os homens formariam as suas idéias.

No tocante à linguagem, a sua exteriorização verbal assume a forma de *línguas*. E a *langue*, sabemos-lo pelo menos desde Saussure, é um sistema, ou seja, um conjunto de relações entre unidades funcionais. Chomsky, citando Bertrand Russell, indaga como é possível que um ser humano, munido de experiência necessariamente limitada e pessoal, se torne capaz de convertê-la num sistema de conhecimentos rico e altamente estruturado (1975: 5 e segs.). Pondera então:

Na tradição clássica, várias respostas foram sugeridas. Poder-se-ia argumentar, na esteira de Aristóteles, que o mundo está estruturado de certo modo e que a mente humana é capaz de perceber essa estrutura, ascendendo do particular para a espécie, da espécie para o gênero e daí para a generalização, atingindo assim da percepção do particular o conhecimento do universal. Uma “base de conhecimento pré-existente”

é pré-requisito da aprendizagem. Nós devemos possuir uma capacidade inata para atingir estados desenvolvidos de conhecimento, mas estes não são “nem inatos numa determinada forma, nem desenvolvidos de outros estados mais altos de conhecimento, e sim da percepção dos sentidos”. (A transcrição entre aspas são de Aristóteles, *Analytica Posteriora*, 2. 19).

E prossegue:

Um tratamento mais promissor desloca o eixo da explanação da estrutura do mundo para a estrutura da mente. O que podemos saber é determinado pelos “modos de conceituação que estão no entendimento”; portanto o que sabemos ou vamos acreditar depende de experiências específicas que evoquem em nós alguma parte do sistema cognitivo que está latente no espírito. (Chomsky cita Cudworth, mas a doutrina é kantiana).

Tentando resolver o problema, continuemos aristotélicos: *in medio virtus*. É claro que o intelecto não pode ser identificado com uma *tabula rasa*, no sentido de algo inerte, passivo, puramente receptivo. Ao contrário, no ato de conhecer, o intelecto é ativo, *intellectus agens*, como reconhecem os tomistas, acompanhando, aliás, o próprio Aristóteles. Já Leibniz acrescentara ao *nihil est in intellectu* a restrição necessária: *nisi intellectus ipse*. O homem para conhecer precisa ser sensível, pois para isso foi dotado de sentidos. Mas o caminho para o conhecimento não é a via linear e puramente indutivista: *abstração, comparação, generalização*. Cabe ao espírito categorizar os dados recolhidos pelos sentidos, pois, do contrário, não haveria pensamento, mas somente *membra disiecta*. Como se sabe, o Estagirita no *Organon*, que é um tratado de Lógica, ocupa-se em sua primeira parte com as *categorias*. São as categorias conjuntos-limite dos existentes reais ou possíveis. Aristóteles enumera as seguintes: *substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, posição, posse, ação, paixão*, ao todo dez (*Organon, Categoriae*, trad. fr. 1984: 16, 25, p. 5-6).

O número exato dessas *categorias* não importa; o que tem relevância é a necessidade de sua existência para a estruturação do pensamento humano sem desfiguração da realidade. Trata-se da realidade tal como a podemos conhecer, segundo a forma lógica de pensar de que somos dotados.

6. A idéia de que há uma faculdade da linguagem inerente à natureza humana, portanto idêntica em todos que pertencemos à mesma espécie, levou Chomsky a ter de postular a existência de uma *gramática universal*.

Como sabemos, essa idéia de “gramática universal” é muito antiga. Já Rogério Bacon, no século XIII, assim, a definia: “*grammatica una et eadem est secundum substantiam in omnibus linguis, licet accidentaliter varietur*”. Em

Chomsky, creio que tal idéia aparece pela primeira vez em *Aspects* (1965) e ganha maior desenvolvimento em *A Natureza Formal da Linguagem* (1967). Em *Aspects* (p. 35) diz:

Um real progresso na Lingüística consiste na descoberta de que certos traços de determinadas línguas podem ser reduzidos às propriedades universais da linguagem e explicados nos termos desses aspectos mais profundo da forma lingüística.

E, na página 118, protesta contra o que julga um exagero de lingüistas modernos: recusarem crédito científico a uma gramática universal. Demais a sua concepção de gramática universal não difere muito da de Rogério Bacon, pois as gramáticas das línguas reais ou possíveis teriam de confrontar-se com os princípios gerais que regem as diversas gramáticas particulares. Contudo parece que Chomsky não distingue bem entre o *geral* e o *universal*. Em *A Natureza Formal da Linguagem*³, diz isto:

Por exemplo, Jakobson observou que nenhuma língua utiliza ao mesmo tempo o traço da labialização e o da velarização para distinguir não-repetições, e sugeriu uma formulação mais geral segundo a qual pode-se considerar esses dois traços como variantes de um traço único e mais abstrato. Generalizações desse gênero – em particular quando se têm os meios de apoiá-los em argumentos racionais – podem ser antecipados como leis da fonética universal.

Como se vê, “generalizações”, apesar de sua aspiração de se elevar a princípios de ordem universal. Convém ainda lembrar que a gramática de Port-Royal, que tanto encantou a Chomsky, é *générale* e não *universelle*. Não me parece, pois, inoportuno retornar aqui a preciosa distinção de Jacques Maritain entre *abstractio totalis* e *abstractio formalis*: “*abstractio totalis*, disons abstraction ou extraction du tout universel” (1932: 74); “*abstractio formalis*, disons abstraction ou extraction du type intelligible, par laquelle nous séparons des données contingentes et matérielles ce qui est de la raison formelle ou de l’essence d’un objet de savoir” (ibid.: 75). Portanto a *abstractio totalis* universaliza e a *abstractio formalis*, generaliza.

Eis como Chomsky vê a gramática universal:

Definamos “gramática universal” como o sistema de princípios, condições e regras que são elementos ou propriedades de todas as línguas humanas não meramente por acidente mas por necessidade – naturalmente quero dizer necessidade biológica não lógica. Assim Gramática Universal como exprimindo “a essência da linguagem humana”. Gramática Universal será invariante entre os humanos (1975: 29).

7 - Em *Knowledge of Language*⁴ distingue Chomsky entre língua-E (língua exteriorizada) e língua-I (língua interiorizada). Esta última é que é a língua

adquirida pela criança cognitivamente e aquela que se toma objeto da gramática gerativa. Podemos dizer que a gramática tradicional se ocupava com a língua-E, ao passo que a gramática gerativa tem por objeto a língua-I; houve, pois, um deslocamento de objeto de estudo.

Parece, então, haver três graus de abstração no tocante aos tipos de gramática, a saber (em ordem descendente): gramática da língua universal (GU), gramática da língua interiorizada (Língua-I), gramática da língua exteriorizada (Língua-E). Com a primeira se ocupa a gramática universal, com a segunda a gramática gerativa, com a terceira a gramática tradicional (estruturalista, descritivista).

Cabem aqui estas palavras do próprio Chomsky:

Resumindo, temos pois o seguinte panorama. A faculdade lingüística é um sistema diferenciado da mente/cérebro com um estado inicial S (O) comum a toda espécie (...) e, segundo parece, único em aspectos essenciais. Com uma experiência apropriada, esta faculdade passa do estado S(O) a um estado relativamente estável S (S), que só experimenta uma modificação periférica (por exemplo, a aquisição de novos elementos léxicos). O estado alcançado incorpora uma língua-I (o estado de possuir ou conhecer uma língua-I determinada). A GU é a teoria de S (O); as gramáticas particulares são as teorias das diferentes línguas-I. As línguas-I que se podem obter a partir de um S (O) fixo e uma experiência em mutação são as línguas humanas que são acessíveis, onde por “língua” entendemos, pois, língua-I (ibid.: 41).

A língua-E, a língua exteriorizada, é a que falamos e ouvimos, talvez a *parole* saussuriana. A língua-I se aproxima do conceito de *langue*, do mesmo mestre suíço. Mas não esqueçamos, como diz ainda Saussure, que “[a *langue*] é ao mesmo tempo instrumento e produto desta [a *parole*]” (*Cours*, 1931: 37).

No entanto, Chomsky, por motivos que julga de natureza científicos, menospreza a língua-E. Citemos conceitos seus:

Com outras palavras, não obstante ser um constructo, a língua-E se acha mais afastada dos mecanismos que a língua-I, numa ordem superior de abstração. Em conseqüência o conceito faz surgir um sem-número de problemas novos e não se torna evidente que valha a pena enfrentá-los ou tratar de resolvê-los, dada a natureza artificial do constructo e sua notória inutilidade numa teoria da linguagem (ibid.: 42-43).

Portanto as línguas como as entendemos não passam de um inútil constructo, quiçá uma fantasmagoria. Para Chomsky o que há de real é a língua-I:

O deslocamento da perspectiva desde o conceito técnico de língua-E até o conceito técnico de língua-I considerado como objeto de investigação constitui por conseguinte um deslocamento na direção do realismo sob dois aspectos: o estudo de um objeto real, em vez de

um constructo artificial, e o estudo do que realmente queremos dizer com “uma língua” ou o “conhecimento da língua” no uso comum (prescindindo uma vez mais de fatores sociopolíticos ou normativo-teleológicos) (ibid.: 43).

Não nos queríamos alongar, mas não podemos evitar mais esta citação:

O conceitotécnico de língua-E é inseguro sob dois aspectos pelo menos. Em primeiro lugar, como se acaba de indicar, as línguas nesse sentido não são objetos do mundo real, mas apenas constructos artificiais, de alguma forma arbitrários e quiçá não muito interessantes. Em oposição, o estado estável de conhecimento obtido e o estado inicial S(O) são elementos reais de mentes/cérebros particulares, aspectos do mundo físico, na medida em que concebemos os estados e representações mentais como codificados de alguma forma física. A língua-I se abstrai diretamente como um componente do estado obtido (ibid.: 42).

Como se não bastassem a língua-U (=GU), a língua-I, a língua-E, Chomsky ainda tem oportunidade de considerar a língua-A (bstrata), a língua-P (latônica), a lingüística-C (ognitiva)⁵.

8. Parece que Chomsky tomou muito ao pé da letra a definição corrente de que “a Lingüística é a ciência da linguagem”. Poderia ter seguido a linha mais avisada do nosso Mattoso Câmara Jr., que, em seu *Dicionário de Filologia e Gramática*, adverte: “mas considerada na base de sua manifestação como língua” (1974: 250).

Poder-se-ia, pois, com razão, indagar se o que Chomsky de fato ainda pratica é Lingüística. As suas últimas investigações vêm sendo crescentemente desviadas da língua como realidade histórica para a perquirição da sua natureza e funções. Aliás o próprio Chomsky reconhece que a sua Lingüística é um departamento da Psicologia:

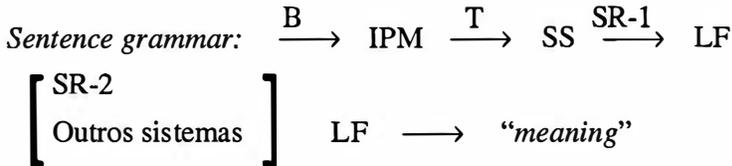
A Lingüística é simplesmente aquela parte da Psicologia que se ocupa com uma classe específica de estados estacionários (*steady states*), as estruturas cognitivas que são empregadas na fala e na compreensão (1975: 160).

O mesmo Chomsky observa que, em *Aspects*, não existe *língua* no índice, mas que há muitas entradas para *gramática*, quase sempre referentes à língua-I (1985: 45).

Que Chomsky já não se move no campo da ciência da linguagem também foi assinalado por Matthews:

No plano filosófico pode ser que a teoria de Chomsky continue vivendo. Porém a discussão já foi mais além de nossa disciplina; não são temas da Lingüística, tampouco da filosofia da linguagem, senão da filosofia do entendimento em geral (1983: 142).

Em *Reflections* (1975: 105), Chomsky apresenta um esquema que, creio, substitui o que tem sido usado para representar a teoria *standard*, dos *Aspects* e que vamos reproduzir:



LEITURA: *sentence grammar* é a gramática da oração geral; B são as regras de base próprias das *initial phrases markers* (indicadores sintagmáticos iniciais) que geram IPM; T é o componente transformacional que converte IPM nas estruturas de superfície (SS); SR-1 são certas regras de interpretação semântica que, aplicadas a SS, geram finalmente LF, a “forma lógica”, termo de todas essas operações. A forma lógica assim gerada ainda se acha sujeita à aplicação de outras regras de interpretação semântica (SR-2), que interagem com outras estruturas cognitivas, de onde a realização de um “*meaning*” mais completo.

Mas o que é essa *forma lógica*? Em *Essays* (cito pela tr. fr. 1980: 13), diz Chomsky:

Utilizo esse termo para me referir aos aspectos da representação semântica que são estritamente determinados pela gramática, com abstração de outros sistemas cognitivos.

A forma lógica seria, pois, a interpretação semântica da estrutura superfície obtida graças à aplicação de certas regras (SR-1) que Chomsky julga estritamente gramaticais.

Note-se, desde logo, que Chomsky já não põe na *deep structure* a interpretação semântica, como estava na teoria padrão. Transferiu-a para a estrutura de superfície e o diz claramente nesta passagem:

Assim, parece-me razoável postular que *somente* [grifado no original] as estruturas de superfície sofrem a interpretação semântica, embora nossas “estruturas de superfície” já não sejam as da teoria padrão, em virtude da teoria do vestígio das regras de movimento (1975: 96).

O que não deixa de ser, de certo modo, uma vitória da semântica gerativa, pois Chomsky já não põe como termo de suas construções a Sintaxe e sim a Semântica. Muito de estranhar também que Chomsky, após um percurso gramatical, encontre uma forma *lógica* e não *semântica*. Por que a *lógica*, se as regras aplicadas são estritamente *gramaticais*? E, se a forma é lógica, então já saímos da gramática e, portanto, da Linguística. O que parece é que Chomsky, tendo partido de investigações sintáticas, foi-se afastando progressivamente

do terreno lingüístico, para imergir nas profundezas de cogitações filosóficas, à cata de sedutoras estruturas cognitivas. Era filósofo (senão metafísico) e não sabia. Contudo o método que utilizou, questões particulares da sintaxe inglesa, não é adequado à solução dos problemas metafísicos em que se embrenhou. Eis, por exemplo, mais uma de suas afirmativas:

Esta discussão tem sido restrita ao inglês, séria limitação. Nada obstante, não hesitei em sugerir que os princípios que se mostram ter poder explicativo para o inglês são princípios da gramática universal (ibid.: 118).

Eis alguns desses “princípios”: da subjacência, teoria do vestígio, condição do sujeito especificado...

9. Tendo arvorado a bandeira do mentalismo, mas envidando esforços para atrelar o psiquismo humano ao determinismo biológico, Chomsky pôs por terra todas as metas para as quais dirigiu a sua “revolução” no campo da ciência da linguagem: o *criativismo* (que não tem qualquer relação com a *enérgeia*, de Humboldt); o *universalismo* (construído com base na sintaxe do inglês); a *faculté du langage* (“que é essencialmente independente da inteligência”), e tudo o mais.

Até a “lingüística cognitiva”, que parece o objeto atual de suas elucubrações, já nasceu comprometida. É que o seu objeto não pode ser outro senão a faculdade da linguagem, sede da capacidade de falar do ser humano. Pois como a conceitua Chomsky? Leiamos o que está em *Reflections*:

A teoria da linguagem é simplesmente aquela parte da psicologia humana que se ocupa com o estudo de um particular “órgão mental”, a linguagem humana (p. 36).

A faculdade da linguagem é, pois, um órgão integrante da constituição biológica do ser humano. Confunde-se com o cérebro? É parte dele? Qual?

Em 1983 dizia P. H. Matthews: “A última mudança de rumo de Chomsky é comparar a faculdade da linguagem com um órgão corporal” (op. cit.: 141).

E prossegue com base numa conferência pronunciada por Chomsky em Leiden em 1977:

Como tal, poderia estudar-se da mesma forma que qualquer outro *órgão*: “um órgão da vista, por exemplo”. Igualmente, quanto ao seu desenvolvimento; não deveríamos dizer de alguém que aprende uma língua – ou será que interioriza suas regras? – mas sim de “uma pessoa em cuja cabeça cresce a linguagem”⁶.

10. Chomsky, portanto, partiu de uma análise formal das estruturas sintáticas da língua inglesa (1957); depois, inspirado em leituras de filósofos e gramáticos europeus, principalmente franceses, imaginou um modelo inter-

pretativo da sintaxe em geral, onde inseriu uma estrutura sintática profunda, de caráter explicativo e não meramente descritivo (1965); essa estrutura profunda manteve-se durante algum tempo, graças a alguns “epiciclos”, mas, afinal Chomsky teve de render-se à evidência de que não há estrutura *sintática* profunda e sim *pensée*, como dizia a *Grammaire*, de Port-Royal; a partir daí, entrou a lidar com a estrutura de superfície, na qual, tão a seu gosto, passou a descobrir a ação de vários princípios, depreendidos como sempre da língua inglesa, e buscou justificá-los subordinando-os às estruturas cognitivas da mente humana. Dessas estruturas cognitivas destacou uma, a faculdade da linguagem. Mas que seria essa faculdade da linguagem? Mais um órgão do corpo humano, que poderia ser estudado como qualquer outro órgão, o da vista, por exemplo. E agora em que ficamos?

Nesse percurso metafísico de busca da essência da linguagem, Chomsky descamba, em triste recuo, para o mais cru materialismo, de cuja demolição, nos domínios da Lingüística, a princípio fizera-se arauto. A Lingüística fora de início situada por ele como departamento da Psicologia; depois passou a ver nesta uma dependência da Biologia. Voltamos, pois, ao envelhecido Cienticismo do século passado, num ambiente onde aliás se respiram outros ares.

Já se quis matar a Metafísica, ou, pelo menos, declará-la morta. *Eppur* continua viva. Nem sempre porém, ai de nós!, é tratada por autênticos metafísicos, ou seja, por aqueles que, buscando atingir as essências das coisas, não perderam a intuição do ser enquanto ser.

Notas:

- 1 Essa é a data correta e não 1915 como a princípio disseram alguns lingüistas. A esse respeito comenta Koemer: “Índice de esta falta de información resultante es que há habido lingüistas que fijan la fecha de la primeira edición del *Cours* en 1915 em lugar de 1916, o aquellos que todavía mantienen que apareció en Ginebra en lugar de Lausana y Paris” (1982: 229).
- 2 V. Lepschy, 1970: 76-84.
- 3 Cito pela trad. fr. *La Nature Formelle du Langage*, em apêndice à trad. du Seuil de *Cartesian Linguistics*
- 4 Cito pela trad. espanhola da Alianza Editorial, *El Conocimiento del Lenguaje*, 1989.
- 5 Respectivamente, p. 51, 48, 51.
- 6 A tradução de textos em língua estrangeira são da responsabilidade do autor.

Referências Bibliográficas:

- ARISTÓTELES. *Organon*. Tradução e notas de J. Trincot. Paris: J. Vrin, 1984.
- BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York: Henry Holtand Company, 1941 (1 ed. 1933)

- CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *Dicionário de Filologia e Gramática*. 6 ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1974
- CARVALHO, José G. Herculano de. *Pequena Contribuição à História da Linguística*. Coimbra: Coimbra Editora: 1984
- CENTRE ROYAUMONT POUR UNE SCIENCE DE L'HOMME: *Teorias da Linguagem/Teorias da Aprendizagem*. São Paulo: Cultrix, 1983 (Trad. do orig. fr. de 1979, ed. du Seuil)
- CHOMSKY, Noam. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957
1965. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Massachusetts: The M.I.T. Press
- 1969a. *La Linguistique Cartesienne*. Paris: Seuil (Trad. do orig. ingl., Cartesian Linguistics, de 1966)
- 1969b. *La Nature Formelle de Langage*. Apêndice a 1969a (texto original em apêndice a *Biological Foundations of Language*, de H. M. Lenneberg, 1967)
1972. *Language and Mind*. Enlarged edition, New York: Harcourt Brace Jovanovich (ed. ampliada de uma monografia de 1968)
1975. *Reflections on Language*. New York: Pantheon Books
1977. *Dialogues avec Mitsou Ronat*. Paris: Flammarion
1980. *Essais sur la Forme et le Sens*. Paris: Seuil (Trad. do orig. ingl. Essays on Form and Interpretation, de 1977)
1989. *El Conocimiento del Lenguaje*. Madrid: Alianza Editorial (Trad. do orig. ingl. *Knowledge of Language*, de 1985)
- KOERNER, Konrad E. F. *Ferdinand de Saussure*. Madrid: Gredos, 1982 (Trad. do orig. ingl. de 1973)
- LEPSCHY, Giulio C. *A Survey of Structure Linguistics*. London: Faber and Faber, 1970
- MARITAIN, Jacques. *Les Degrés du Savoir*. Nouvelle édition, revue et augmentée. Paris: Desclée de Brouwer, 1932
- MALMBERG, Bertil. *Histoire de la Linguistique*. De Sumer à Saussure. Paris: PUF, 1991
- MATTHEWS, P. H. *Gramática Generativa y Competencia Lingüística*. Madrid: Espasa-Calpe, 1983 (Trad. do orig. ingl. de 1979)
- SAPIR, Edward. *Language*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1939 (1 ed., 1921)
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Payot, 1931 (1 ed., 1916)
- VENDRYES, Joseph. *Le Langage*. Paris: La Renaissance du Livre, 1921
- [Extraído de *Miscelânea em homenagem ao Prof. Dr. Gladstone Chaves de Melo*, Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 1995, p. 167-181]
